ATA DE REUNIÃO (nº 224)

Aos onze dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e quatro, às quatorze horas, em cumprimento ao que estabelece a Lei Complementar nº 566, de 28 de junho de 2018 e alterações, reuniu-se ordinariamente o Comitê de Investimentos, através de videoconferência, composto pelos membros: Adriano Antônio Pazianoto (CPA-10 Anbima, CP RPPS CODEL II, CP RPPS DIRIG III e CP RPPS CGINV III), Daniel Henrique Martins Biot (CEA Anbima e CP RPPS CGINV III), Mário José Piccarelli de Castro (CPA-20 Anbima e CP RPPS CGINV I), Patrícia Nato Toninato Bartolomei (CPA-20 Anbima e CP RPPS CGINV I) e Wilclem de Lazari Araújo (CPA-10 Anbima, CP RPPS CGINV I, CP RPPS CODEL II e CP RPPS DIRIG III). Também participou da reunião como espectador o servidor Anderson Clayton Marinho Galvão. A reunião teve como pauta: **I - Abertura dos Trabalhos; II - Votação da Ata da Reunião Anterior; III- Análise do Relatório Trimestral dos Investimentos - 3º trimestre/2024; IV- Atendimento dos profissionais da Consultoria de Investimentos; V- Análise de Notícias sobre evento de 25/10/2024; VI- Deliberação sobre credenciamentos solicitados (Grupo Santander e outros se houver); VII- Discussão e deliberação sobre a Política de Investimentos de 2025; VIII- Discussão e deliberação sobre chamada para integralização de capital do FIP BTG Infraestrutura III; IX- Deliberação sobre recursos a serem recebidos de "Cupom de NTN-B".** A coordenadora do colegiado, Patrícia Nato Toninato Bartolomei, cumprimentou a todos e dá abertura aos trabalhos. Nenhum membro fez uso da palavra. Patrícia Nato Toninato Bartolomei informa que a ata de 23/09/2024 foi encaminhada com antecedência e nenhum membro encaminhou sugestão de alteração. Colocada em votação, **a ata nº 221, de 23/09/2024, foi aprovada por unanimidade**. Em seguida, os membros passaram a analisar o relatório trimestral dos investimentos, relativo ao 3º trimestre de 2024, que também já havia sido encaminhado anteriormente. Colocada a peça em votação, **restou aprovado, por unanimidade, o Relatório Trimestral dos Investimentos - 3º trimestre/2024.** Como ainda havia tempo até o atendimento do representante da LDB Consultoria, os membros adiantaram a pauta e seguiram para o item IV, para analisar um possível risco de imagem relativo a notícias veiculadas que citam um distribuidor e uma gestora credenciados pelo Comitê de Investimentos. Patrícia Nato Toninato Bartolomei informou que todos os membros tomaram conhecimento de que a Polícia Civil deflagrou uma operação para apurar supostos crimes de corrupção, organização criminosa e lavagem de dinheiro envolvendo recursos de RPPS, onde são citados o IPREJUN e o TATUIPREV. A operação foi motivada por uma denúncia anônima contra os dirigentes dos dois institutos. Porém, o fator principal de preocupação da RIOPRETOPREV é que a antiga Dólar Bills, hoje chamada Empire Capital, e três de seus sócios constam nas citações e tiveram buscas e apreensões decretadas. Além disso, embora não haja nenhum fato nas

RIOPRETOPREV – Regime Próprio de Previdência Social do Município de São José do Rio Preto
Rua General Glicério, 3553 – Centro - CEP 15015-400 - São José do Rio Preto - SP
Telefones (17) 3222 7445 - riopretoprev@riopreto.sp.gov.br - www.riopreto.sp.gov.br

Assinado por 5 pessoas: PATRÍCIA NATO TONINATO BARTOLOMEI, WILCLEM DE LAZARI ARAUJO, DANIEL HENRIQUE MARTINS BIOT, ADRIANO ANTONIO PAZIANOTO e MÁRIO JOSÉ PICCARELLI DE CASTRO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://riopretoprev.1doc.com.br/verificacao/179A-DD6A-2B3C-FB92 e informe o código 179A-DD6A-2B3C-FB92

notícias indicadas que envolva a gestora TPE Gestão de Recursos, houve buscas e apreensões em suas instalações. Patrícia Nato Toninato Bartolomei destacou que a primeira medida tomada foi o encaminhamento de ofícios à Empire Capital e à Tarpon solicitando esclarecimentos, sendo que as empresas enviaram comunicados sobre o ocorrido e sobre as medidas de compliance adotadas. Foi recebido também um comunicado da ABIPEM, que também foi mencionada no inquérito, pois seu presidente, João Carlos Figueiredo, também é presidente do IPREJUN. Após analisar as notícias veiculadas, o inquérito policial e os comunicados recebidos, os membros, como forma de diligenciar acerca das notícias veiculadas em 25/10/2024, referentes ao Processo Judicial nº 1534634-63.2024.8.26.0050, que apura supostos crimes praticados pelos sócios da empresa Empire Capital Assessoria de Investimentos LTDA., CNPJ nº 35.796.942/0001-02, responsável pela distribuição de dois fundos dos quais a RIOPRETOPREV é cotista, **deliberaram pela suspensão de novos investimentos através da distribuidora Empire Capital Assessoria de Investimentos Ltda., até que os fatos sejam esclarecidos, e pelo monitoramento constante dos fundos investidos através da distribuidora.** Quanto a gestora Tarpon, o inquérito não trouxe nenhuma informação que pudesse sugerir ilícito por parte da gestora, tendo sido ela alvo de busca e apreensão por conta do suposto envolvimento de um de seus sócios. Também, os membros destacaram que não houve qualquer tipo de sinal que pudesse sugerir problema com o fundo, que vem performando bem, em comparação com os demais fundos comparáveis da carteira. Os membros deliberaram pelo monitoramento do fundo, principalmente em relação aos pedidos de resgates que podem afetar as cotas do fundo e, até um possível desenquadramento do RPPS em relação aos limites legais. Nesse momento, os membros recebem na reunião o Sr. Marcos Almeida, representante da LDB Consultoria que cumprimenta a todos e inicia sua fala comentando sobre as realocações realizadas pelo Comitê de Investimentos, diz que foram benéficas, no sentido de diminuir a volatilidade da carteira. Marcos Almeida fala sobre o boletim Focus divulgado nessa data, onde a expectativa é de que a taxa SELIC termine 2024 em 11,75% e 2025 em 11,50%, ou seja, se a taxa SELIC for diminuir em 2025 será a partir do segundo semestre, e cairá pouco, voltando para dois dígitos apenas em 2026. Isso é bom para a renda fixa, principalmente para aquisição de títulos, que estão pagando boas taxas, acima da meta atuarial, e os fundos DI também devem entregar a meta, já que acompanham a SELIC. Por outro lado, os fundos de renda fixa marcados a mercado e a renda variável devem sofrer ou andar de lado. No exterior as taxas já começam a cair e os investimentos no exterior devem ser, também, boas opções. Porém, Marcos Almeida diz que a diversificação é sempre benéfica, e a estratégia adotada pela RIOPRETOPREV está adequada ao atual momento de mercado e ao ALM, e deve se manter adequada até 2025, cabendo poucos ajustes, o que o Comitê de Investimentos já vem fazendo. Marcos Almeida, então, passa a analisar a carteira de outubro/2024 junto com os membros, verificando os percentuais de cada artigo, cada segmento, verificando que está tudo enquadrado em relação a legislação e a

RIOPRETOPREV – Regime Próprio de Previdência Social do Município de São José do Rio Preto
Rua General Glicério, 3553 – Centro - CEP 15015-400 - São José do Rio Preto - SP
Telefones (17) 3222 7445 - riopretoprev@riopreto.sp.gov.br - www.riopreto.sp.gov.br

Assinado por 5 pessoas: PATRÍCIA NATO TONINATO BARTOLOMEI, WILCLEM DE LAZARI ARAUJO, DANIEL HENRIQUE MARTINS BIOT, ADRIANO ANTONIO PAZIANOTO e MÁRIO JOSÉ PICCARELLI DE CASTRO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://riopretoprev.1doc.com.br/verificacao/179A-DD6A-2B3C-FB92 e informe o código 179A-DD6A-2B3C-FB92

Política de Investimentos vigentes. Marcos Almeida destaca a rentabilidade dos investimentos no exterior, que está com uma ótima rentabilidade no ano, mas, não só isso, tende a continuar sendo uma boa opção para futuro, tendo em vista as perspectivas macroeconômicas. Em relação a rentabilidade da carteira, Marcos Almeida diz que ainda faltam algumas correções apontadas pela Patrícia Nato Toninato Bartolomei, mas, ela deve ficar bem próxima a meta para o mês. Em seguida, Marcos Almeida comenta sobre as recentes notícias veiculadas acerca de um possível esquema envolvendo pessoas e empresa ligadas aos RPPS, onde uma assessoria de investimento e uma gestora credenciadas pela RIOPRETOPREV constam nas notícias. Marcos Almeida diz que se trata de uma denúncia anônima, que ainda não existem fatos e que não é o caso de uma corrida para resgatar os possíveis recursos aportados através das empresas citadas, mas cabe o acompanhamento e a diligência necessária para esclarecimentos até a solução do caso. Nesse momento, informa que será disponibilizado, na próxima versão do sistema utilizado pela LDB para gestão dos recursos, o piloto da ferramenta de teste de stress e backtesting, conforme constou no contrato assinado em maio entre a RIOPRETOPREV e a LDB. Segundo o consultor, o teste de estresse tem o objetivo, grosso modo, de reproduzir na carteira atual alguma situação de estresse para ver como ela reagiria naquelas condições. Por outro lado, o *backtesting* é como um retrovisor, que verifica se a carteira ficou dentro dos limites de riscos previstos. Marcos Almeida, então, mostra no sistema da LDB Consultoria como as ferramentas funcionam, começando pela análise de estresse, onde o usuário indica o período que o sistema deve utilizar como cenário de estresse e o sistema buscará dentro desse período o pior resultado e replicará esse cenário para a carteira atual, retornando qual seria a perda ou o ganho que se obteria, ativo por ativo, e o consolidado da carteira. Marcos Almeida explica que essa ferramenta permite, por exemplo, analisar se as mudanças protetivas feitas na carteira a partir de determinada situação surtiriam o efeito necessário caso aquela situação voltasse a acontecer. Para simular o estresse de determinado evento passado, a greve dos caminhoneiros, por exemplo, bastaria indicar para o sistema o período em que o evento se deu e o sistema projetará o resultado da carteira atual naquele período indicado. Marcos Almeida, então, passa a falar sobre o backtesting, diz que ele ainda não foi implantado no sistema, pois queria apresentar para o Comitê para depois concluir, por exemplo, se as movimentações ocorridas dentro do mês entrariam no teste. É que caso as movimentações do mês sejam consideradas, o VaR apurado inicialmente pode não ser o mesmo após a movimentação, no caso de uma mudança entre artigos ou estratégias, o que dificultaria uma análise mais precisa. Marcos Almeida apresenta uma planilha para ilustrar como funcionaria a ferramenta e explica que ela identificaria, basicamente, o patrimônio de cada artigo no final do mês e calcularia o VaR em valor, gerando um intervalo de patrimônio entre o qual aquele artigo deve ficar. Já que o VaR utilizado tem 95% de confiança, o patrimônio no final do mês seguinte deveria estar entre um VaR abaixo e um VaR acima do patrimônio inicial. Em seguida, é feita a apuração do patrimônio do mês

RIOPRETOPREV – Regime Próprio de Previdência Social do Município de São José do Rio Preto
Rua General Glicério, 3553 – Centro - CEP 15015-400 - São José do Rio Preto - SP
Telefones (17) 3222 7445 - riopretoprev@riopreto.sp.gov.br - www.riopreto.sp.gov.br

Assinado por 5 pessoas: PATRÍCIA NATO TONINATO BARTOLOMEI, WILCLEM DE LAZARI ARAUJO, DANIEL HENRIQUE MARTINS BIOT, ADRIANO ANTONIO PAZIANOTO e MÁRIO JOSÉ PICCARELLI DE CASTRO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://riopretoprev.1doc.com.br/verificacao/179A-DD6A-2B3C-FB92 e informe o código 179A-DD6A-2B3C-FB92

seguinte para verificar se esse patrimônio ficou dentro dos limites de valores apurados. Caso esse patrimônio final fique fora dos limites, aí será necessário analisar caso a caso para verificar o que ocorreu, se foi por conta de alguma movimentação feita que interferiu no patrimônio final ou foi algum outro fator, ou até mesmo se o medidor de risco, o VaR, não está adequado ao ativo. Marcos Almeida diz ainda que essa ferramenta ajuda a verificar se os limites de VaR definido na Política de Investimentos para cada segmento estão adequados ao comportamento dos ativos. Finda a apresentação, Patrícia Nato Toninato Bartolomei pergunta a Marcos Almeida quanto tempo para liberar a nova versão do sistema com as funcionalidades e liberar o acesso, ao que Marcos Almeida diz que não demorará, só irá passar o acertado para o pessoal da equipe da LDB implantar. Finda a participação do consultor Marcos Almeida na reunião, os membros o agradeceram e ele deixou a reunião. O Comitê entende que essas ferramentas representam um avanço significativo na gestão de riscos, proporcionando maior transparência e uma visão mais aprofundada dos investimentos **Diante da apresentação do consultor, o Comitê decidiu iniciar a utilização das novas ferramentas de teste de estresse e *backtesting* tão logo estejam disponíveis na plataforma. Com o objetivo de garantir a adequada utilização dessas ferramentas, o Comitê solicitará à LDB Consultoria que elabore, até o final do primeiro trimestre de 2025, um plano de treinamento completo para os gestores do RPPS. Esse treinamento abordará tanto as métricas de risco já conhecidas quanto as novas ferramentas, com foco na aplicação prática na gestão da carteira de investimentos.** Seguindo a pauta, Patrícia Nato Toninato Bartolomei diz que fora encaminhado aos membros os processos de credenciamento do distribuidor, administrador e gestor do grupo Santander e de três fundos também do grupo. Ela explica que o último credenciamento do Santander foi em 2022, mas, no último semestre de 2023, os fundos migraram a administração do Banco Santander para Santander DTVM. Então os membros passaram a analisar a documentação da administradora Santander DTVM S.A. Trata-se de atualização de credenciamento, sendo que a instituição consta de lista exaustiva de instituições que atendem aos critérios da resolução CMN 4963/2021 (inciso I, do § 2º e § 8º, ambos do art. 21 da Resolução CMN nº 4.963/2021), e dessa forma atende ao disposto na legislação. O Grupo Santander está classificado na 9ª posição do Ranking Anbima de Administração de fundos de Investimentos (referência 09/2024) com patrimônio de R$ 449,9130669 bilhões. De acordo com informação do contato de credenciamento o volume de recursos administrado de RPPS corresponde a R$ 4,6 bilhões. A instituição é signatária dos seguintes códigos ANBIMA: Código de Administração e Gestão de Recursos de Terceiros, Código de Distribuição de Produtos de Investimento, Código de Ética, Código dos Processos da Regulação e Melhores Práticas, Código para o Programa de Certificação Continuada. Mostrou possuir experiência e corpo técnico qualificado. Não foram encontradas restrições que desaconselhem investimentos e relacionamento com a instituição. Apresentou documentos que comprovam regularidade

RIOPRETOPREV – Regime Próprio de Previdência Social do Município de São José do Rio Preto
Rua General Glicério, 3553 – Centro - CEP 15015-400 - São José do Rio Preto - SP
Telefones (17) 3222 7445 - riopretoprev@riopreto.sp.gov.br - www.riopreto.sp.gov.br

Assinado por 5 pessoas: PATRÍCIA NATO TONINATO BARTOLOMEI, WILCLEM DE LAZARI ARAUJO, DANIEL HENRIQUE MARTINS BIOT, ADRIANO ANTONIO PAZIANOTO e MÁRIO JOSÉ PICCARELLI DE CASTRO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://riopretoprev.1doc.com.br/verificacao/179A-DD6A-2B3C-FB92 e informe o código 179A-DD6A-2B3C-FB92

fiscal. Após análise dos documentos **os membros deliberaram, por unanimidade, pelo credenciamento da administradora SANTANDER DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS S.A., CNPJ: 03.502.968/0001-04.** Em seguida os membros passaram a analisar o credenciamento do distribuidor Banco Santander (Brasil) S.A.. Trata-se de processo de atualização de credenciamento de instituição financeira. A instituição distribui fundos de investimentos e ativos de renda fixa do próprio conglomerado Santander. Consta da lista exaustiva de instituições que atendem aos critérios da resolução CMN 4963/2021 (inciso I, do § 2º e § 8º, ambos do art. 21 da Resolução CMN nº 4.963/2021). Mostrou possuir experiência e corpo técnico qualificado. É renomada instituição financeira do mercado nacional e não foram encontradas restrições que desaconselhem investimentos e relacionamento com a instituição. O conglomerado Santander está classificado na 9ª posição do Ranking Anbima de Administradores de Fundos de Investimentos com R$ 449,9 bi e na 7ª posição do Ranking Anbima de Gestores de Fundos de Investimentos ref. 09/2024. Apresentou documentos que comprovam regularidade fiscal. Após análise dos documentos **os membros deliberaram, por unanimidade, pela atualização do credenciamento do distribuidor Banco Santander (Brasil) SA, CNPJ: 90.400.888/0001-42.** Próximo, os membros analisaram o credenciamento da gestora Santander Brasil Gestão de Recursos LTDA. Trata-se de processo de atualização de credenciamento de instituição na qual a Riopretoprev já possui relacionamento. A instituição apesar de não constar da lista exaustiva de instituições que atendem aos critérios da resolução CMN 4963/2021 (inciso I, do § 2º e § 8º, ambos do art. 21 da Resolução CMN nº 4.963/2021) gere fundos em parceria com administrador pertencente, e dessa forma atende ao disposto na legislação. O grupo Santander está classificado na 7ª posição do Ranking Anbima de Gestão de fundos de Investimentos (referência 09/2024) com gestão de patrimônio de R$ 357,69576 bilhões, sendo cerca de R$ 5,796 bilhões de RPPS. Pelos Questionários Due Diligence mostrou possuir experiência e corpo técnico qualificado. Não foram encontradas restrições que desaconselhem investimentos e relacionamento com a instituição. Apresentou documentos que comprovam regularidade fiscal. Após análise dos documentos **os membros deliberaram, por unanimidade, pela atualização do credenciamento do gestor SANTANDER BRASIL GESTAO DE RECURSOS LTDA, CNPJ: 10.231.177/0001-52.** Seguindo, os membros analisaram a atualização do credenciamento dos fundos Santander IMA-B5 Premium RF – CIC de FIF Responsabilidade limitada e Santander Go Global Equity ESG Reais IS MM IE FIF Resp. Ltda. Ambos os fundos analisados já fazem parte da carteira, são compatíveis com demais fundos do mercado, encontram-se enquadrados na resolução CMN 4963/2021 e na Política de Investimentos do RPPS. Portanto, **os membros deliberaram, por unanimidade, pela atualização do credenciamento dos fundos SANTANDER IMA-B 5 PREMIUM RENDA FIXA – CLASSE DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDO DE INVESTIMENTO**

RIOPRETOPREV – Regime Próprio de Previdência Social do Município de São José do Rio Preto
Rua General Glicério, 3553 – Centro - CEP 15015-400 - São José do Rio Preto - SP
Telefones (17) 3222 7445 - riopretoprev@riopreto.sp.gov.br - www.riopreto.sp.gov.br

Assinado por 5 pessoas: PATRÍCIA NATO TONINATO BARTOLOMEI, WILCLEM DE LAZARI ARAUJO, DANIEL HENRIQUE MARTINS BIOT, ADRIANO ANTONIO PAZIANOTO e MÁRIO JOSÉ PICCARELLI DE CASTRO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://riopretoprev.1doc.com.br/verificacao/179A-DD6A-2B3C-FB92 e informe o código 179A-DD6A-2B3C-FB92

FINANCEIRO RESPONSABILIDADE LIMITADA, CNPJ: 13.455.117/0001-01, e SANTANDER GO GLOBAL EQUITY ESG REAIS IS MULTIMERCADO INVESTIMENTO NO EXTERIOR – FUNDO DE INVESTIMENTO FINANCEIRO RESPONSABILIDADE LIMITADA, CNPJ: Classe Única / 34.258.351/0001-19. Por fim, os membros analisaram a documentação do fundo Santander Ações Dividendos FIC FI, fundo esse que ainda não faz parte da carteira do RPPS, está enquadrado no artigo 8º, inciso I da Resolução CMN nº 4963/2021 e cujo objetivo é buscar investir em ativos financeiros e/ou modalidades operacionais de renda variável que tenham potencial de distribuição de elevados dividendos, por meio da aplicação de seus recursos, preponderantemente, em cotas de fundos de investimento e /ou fundos de investimento em cotas de fundos de investimento. A taxa de administração mínima do fundo é de 1,10% e a máxima 1,50%, não cobra taxa de custódia, nem taxa de performance ou taxa de saída, tem emissão de cota em D+1, conversão de cota em D+1 e liquidação em D+3. O fundo possui 8.709 cotistas. Este fato demonstra que o fundo apresenta uma boa diversificação de risco de passivo do fundo, possibilitando assim ao Gestor maior tranquilidade para gestão de liquidez em um possível cenário de stress. A carteira consolidada de ativos do fundo de investimento é composta por ativos líquidos (Ações, Operações Compromissadas e Mercado Futuros). Os ativos possuem liquidez de negociação nos mercados de bolsa e/ou balcão, o que confere liberdade para o gestor realizar uma gestão ativa e, caso necessário, trocar posições e reenquadrar o fundo de investimento, na possibilidade de algum desenquadramento legal da Política de Investimento. O índice de SHARPE, que é um indicador que permite avaliar a relação entre o retorno e o risco de um investimento, está em 0,70, na janela "12 meses". Por convenção de mercado, fundos de investimentos que apresentem índices acima de 0,50 são considerados fundos com boa relação de risco/retorno. O fundo analisado é compatível com demais fundos do mercado e não foi encontrado nenhum ponto de atenção ou observação que mereça destaque. Assim, **os membros deliberaram, por unanimidade, pela aprovação do credenciamento do fundo SANTANDER AÇÕES DIVIDENDOS FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO, CNPJ n.º 13.455.174/0001-90.** Nesse momento, a coordenadora do colegiado, Patrícia Nato Toninato Bartolomei, sugere uma inversão na pauta, deixando a discussão sobre a política de investimentos para o final, haja vista ser uma matéria que requer maior tempo de atenção. Não havendo discordância, os membros passaram a analisar a chamada para integralização de capital do FIP BTG Infraestrutura III, que deve ser feita até a data de 19/11/2024 até às 14h, no importe de R$ 52.500,00 correspondentes a 1.0500% do comprometimento ao fundo, cotado a um PU 1.0413776. Destinação: aporte adicional na Grande Sertão. Durante o ano o Fundo realizou o investimento em seu primeiro ativo: a linha de transmissão hoje nomeada Grande Sertão, composta por três lotes arrematados no leilão de março da ANEEL. A alocação de capital do Fundo no ativo

RIOPRETOPREV – Regime Próprio de Previdência Social do Município de São José do Rio Preto
Rua General Glicério, 3553 – Centro - CEP 15015-400 - São José do Rio Preto - SP
Telefones (17) 3222 7445 - riopretoprev@riopreto.sp.gov.br - www.riopreto.sp.gov.br

Assinado por 5 pessoas: PATRÍCIA NATO TONINATO BARTOLOMEI, WILCLEM DE LAZARI ARAUJO, DANIEL HENRIQUE MARTINS BIOT, ADRIANO ANTONIO PAZIANOTO e MÁRIO JOSÉ PICCARELLI DE CASTRO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://riopretoprev.1doc.com.br/verificacao/179A-DD6A-2B3C-FB92 e informe o código 179A-DD6A-2B3C-FB92

vem sendo realizada em fases, com uma primeira chamada de capital tendo sido realizada em julho. Dessa forma, a destinação dos recursos da atual chamada é dar continuidade a esse processo. Após discussão, **os membros deliberaram, por unanimidade, pela utilização de recursos da conta corrente de benefícios da CEF, 0631/006/440-5, caso haja recursos disponíveis na data da integralização ou, se necessário, resgate da quantia necessária do fundo CAIXA BRASIL RF Ref DI LP, CNPJ: 03.737.206/0001-97 para integralização da 2ª Chamada de Capital do BTG PACTUAL INFRAESTRUTURA III FEEDER FIP MULTIESTRATEGIA, CNPJ 49.430.776/0001-30.** Próximo item de pauta, Patrícia Nato Toninato Bartolomei informa que logo entrarão recursos provenientes do pagamento de cupom das NTN-Bs de vencimento ímpar, e pelas suas estimativas deve ser algo em torno de R$ 3,2 milhões, sendo necessária deliberação para aplicação desses recursos. Patrícia Nato Toninato Bartolomei lembra aos membros que as NTN-Bs estão com boas taxas e seria uma opção. Ela lembra, também, a questão da liquidez, pois cerca de 50% do patrimônio líquido já está alocado em títulos públicos marcados na curva, porém, afirma que, provavelmente, isso não será um problema para aplicação desse montante, pois em dezembro será pago mais de R$ 1 milhão de COMPREV e a Prefeitura pretende pagar a contribuição suplementar do mês integralmente, além de efetuar o parcelamento das contribuições suplementares em atraso, o que aumentará o valor mensal que tem entrado relativo a parcelamentos, hoje cerca de R$ 2 milhões. Patrícia Nato Toninato Bartolomei também informa que agora em novembro deve ser pago precatório de cerca de R$ 8 milhões e há por volta de R$ 27 milhões no fundo DI vinculado a conta de benefícios. Os membros então passaram a analisar as taxas pagas pela NTN-Bs de diversos vencimentos, mas, com foco nas de médio prazo. Após discussão, **os membros deliberaram, por unanimidade, pela aquisição de R$ 5 milhões em títulos públicos federais, NTN-B, com vencimento em 2028, e R$ 5 milhões em títulos públicos federais, NTN-B, com vencimento em 2029 com remuneração mínima de IPCA+6% a.a., acima da meta atuarial de 2024, e com marcação dos títulos na curva, com recursos a serem recebidos a título de cupom das NTN-B de vencimento ímpar da carteira e com recursos do fundo Caixa Brasil RF Ref DI LP, CNPJ: 03.737.206/0001-97, podendo a operação ser antecipada com utilização dos recursos do fundo Caixa Brasil RF Ref DI LP, CNPJ: 03.737.206/0001-97 e, após, aplicação dos recursos de cupom no referido fundo, a fim de aproveitamento das taxas oferecidas no mercado próximas de IPCA+6,8%.** Último item de pauta, os membros entraram na discussão sobre a proposta da Política de Investimentos e da Política de Gestão de Riscos 2025, encaminhada previamente pela coordenadora do Comitê de Investimentos. Os membros revisaram o texto sobre o cenário econômico e as perspectivas para o próximo ano através do último Boletim Focus do Banco Central. A Sra. Patrícia Nato Toninato Bartolomei fez uma revisão dos principais pontos trazidos pela Portaria MTP nº 1.467/2022 sobre a Política de Investimentos e os

RIOPRETOPREV – Regime Próprio de Previdência Social do Município de São José do Rio Preto
Rua General Glicério, 3553 – Centro - CEP 15015-400 - São José do Rio Preto - SP
Telefones (17) 3222 7445 - riopretoprev@riopreto.sp.gov.br - www.riopreto.sp.gov.br

Assinado por 5 pessoas: PATRÍCIA NATO TONINATO BARTOLOMEI, WILCLEM DE LAZARI ARAUJO, DANIEL HENRIQUE MARTINS BIOT, ADRIANO ANTONIO PAZIANOTO e MÁRIO JOSÉ PICCARELLI DE CASTRO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://riopretoprev.1doc.com.br/verificacao/179A-DD6A-2B3C-FB92 e informe o código 179A-DD6A-2B3C-FB92

membros revisaram o texto base da Política fazendo as alterações e inclusões necessárias, onde destacamos a redução dos limites superiores do indicador VaR para todos os segmentos: Renda Fixa 4%, Renda Variável 12%, Investimentos no Exterior 12%, Investimentos Estruturados 12% e Fundos Imobiliários 12%, tornando mais exigente o controle de risco. Próximo destaque, Patrícia Nato Toninato Bartolomei diz que solicitou a Brasilis, empresa de consultoria atuarial que fez o estudo atuarial, qual a duration do passivo e a taxa ser utilizada para composição da meta atuarial de 2025, sendo que a empresa respondeu, através de documento chamado *"HIPÓTESES ECONÔMICAS E FINANCEIRAS – TAXA DE JUROS 2025"*, onde apurou, com base no Art. 3º do Anexo VII da Portaria MF nº 1.467, de 02 de junho de 2022, a duration do passivo, a taxa de juros referencial segundo a mencionada Portaria e, por fim, a taxa de juros real máxima a ser utilizada para composição da meta com base na atingimento da meta nos últimos 5 anos, a saber: 2019 – Meta Atuarial 10,59% – Retorno dos Investimentos 18,15%; 2020 – Meta Atuarial 10,65% – Retorno dos Investimentos 6,38%; 2021 – Meta Atuarial 15,99% – Retorno dos Investimentos 1,95%; 2022 – Meta Atuarial 10,90% – Retorno dos Investimentos 3,01%; 2023 – Meta Atuarial 9,87% – Retorno dos Investimentos 14,62%. A seguir os trechos do documento da consultoria atuarial que indicam as apurações feitas para definição da meta atuarial: "*Considerando os Fluxos Atuariais do Plano de Benefícios do RPPS para cálculo da duração do passivo, em função dos resultados da Avaliação Atuarial 2024, obteve-se o valor de 17,11. Considerando a referida duração do passivo do Plano Previdenciário, a taxa de juros referencial, segundo a Portaria nº 1.467, de 02 de junho de 2022, alterada pela Portaria MPS nº 1.499, de 28 de maio de 2024, é 4,94%. (...) Dado que houve aplicação financeira com rentabilidade igual ou superior à meta atuarial estabelecida em 2 dos últimos 5 exercícios, a taxa de juros referencial poderá ser acrescida em 0,30 pontos percentuais. Sendo assim, a taxa de juros real máxima a ser utilizada para composição da meta atuarial é de 5,24%"*. Com base no exposto e tendo em vista o cenário econômico, as taxas de juros ofertadas e previstas para 2025, os membros concordaram em utilizar como meta de retorno para 2025 IPCA+ 5,24% a.a. A seguir, no item sobre credenciamento, o membro Adriano Antônio Pazianoto sugere que volte a existir um limite mínimo de patrimônio sob gestão para que as gestoras possam receber recursos do RPPS, sendo que para aplicar em gestoras com patrimônio inferior a esse limite mínimo, o Comitê de Investimentos deverá solicitar autorização prévia do Conselho Municipal de Previdência. Após discussão, os membros chegaram a um consenso de que esse limite mínimo deve ser de R$ 4 bilhões sob gestão, ficando o texto da seguinte forma: *As instituições gestoras, ou seus conglomerados econômicos, que receberão aplicações do Regime Próprio de Previdência Social do Município de São José do Rio Preto, deverão possuir, no mínimo, R$ 4 bilhões sob gestão. Instituições com volume inferior, que atendam aos demais requisitos do "Regulamento de Credenciamento de Instituições Financeiras e Fundos de Investimentos", poderão receber aplicações desde que a operação seja previamente autorizada pelo Conselho Municipal de Previdência.* Em relação a abordagem qualitativa para enquadramento dos títulos privados, Patrícia Nato Toninato Bartolomei informa que a

RIOPRETOPREV – Regime Próprio de Previdência Social do Município de São José do Rio Preto
Rua General Glicério, 3553 – Centro - CEP 15015-400 - São José do Rio Preto - SP
Telefones (17) 3222 7445 - riopretoprev@riopreto.sp.gov.br - www.riopreto.sp.gov.br

Assinado por 5 pessoas: PATRÍCIA NATO TONINATO BARTOLOMEI, WILCLEM DE LAZARI ARAUJO, DANIEL HENRIQUE MARTINS BIOT, ADRIANO ANTONIO PAZIANOTO e MÁRIO JOSÉ PICCARELLI DE CASTRO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://riopretoprev.1doc.com.br/verificacao/179A-DD6A-2B3C-FB92 e informe o código 179A-DD6A-2B3C-FB92

consultoria sugeriu faixas de rating atribuídos por agências classificadoras de risco de crédito ao invés de elencar o rating mínimo para cada agência, haja vista que existem novas agências, inclusive nacionais, e elencar todas não é a melhor opção. Os membros acharam interessante a opção e decidiram adotar as faixas de rating, definindo que serão três faixas: Faixa 1: AAA; Faixa 2: AA e Faixa 3: A, sendo que abaixo da nota de rating "A" os ativos serão considerados como de grau especulativo. Na tabela de liquidez, os membros decidiram manter a definição de no mínimo 30% da carteira resgatável em até 30 dias. Então, os membros passaram para a discussão sobre a tabela de alocação objetivo para o ano de 2025. Verificaram o perfil e os percentuais atuais de alocação da carteira em cada segmento e tipo de ativo e as indicações trazidas pelo estudo de Asset Liability Management (ALM), a fim de realizar uma gestão integrada de ativos e passivos, mantendo o equilíbrio econômico-financeiro, e minimizando riscos. Após discussões, os membros definiram a tabela objetivo de alocação, considerando o cenário macroeconômico e as perspectivas para o próximo ano, a sugestão do estudo de ALM, e também o Pró-Gestão RPPS Nível IV da seguinte maneira: *Renda Fixa: Art. 7º, I, "a", Títulos Públicos, limite inferior 0%, alocação objetivo 50%, limite superior 100%; Art. 7º, I, "b", Fundos 100% Títulos Públicos, limite inferior 0%, alocação objetivo 5,95%, limite superior 70%; Art. 7º, I, "c", Fundos de Índice 100% Títulos Públicos, limite inferior 0%, alocação objetivo 0%, limite superior 30%; Art. 7º, II, Operações Compromissadas, limite inferior 0%, alocação objetivo 0%, limite superior 3%; Art. 7º, III, "a", Fundos Renda Fixa, limite inferior 0%, alocação objetivo 11,90%, limite superior 60%; Art. 7º, III, "b", Fundos de Índice Renda Fixa, limite inferior 0%, alocação objetivo 0%, limite superior 50%; Art. 7º, IV, Ativos de Renda Fixa (Inst. Financeira), limite inferior 0%, alocação objetivo 1,15%, limite superior 10%; Art. 7º, V, "a", Cota Sênior de FIDC, limite inferior 0%, alocação objetivo 0%, limite superior 0%; Art. 7º, V, "b", Fundos Renda Fixa "Crédito Privado", limite inferior 0%, alocação objetivo 0%, limite superior 5%; Art. 7º, V, "c", Fundo de Debêntures Incentivadas, limite inferior 0%, alocação objetivo 0%, limite superior 3%; Renda Variável: Art. 8º, I, Fundos de Ações, limite inferior 0%, alocação objetivo 10%, limite superior 30%; Art. 8º, II, Fundos de Índice de Ações, limite inferior 0%, alocação objetivo 0%, limite superior 15%; Investimentos no Exterior: Art. 9º, I, Renda Fixa - Dívida Externa, limite inferior 0%, alocação objetivo 0%, limite superior 2%; Art. 9º, II, Fundos de Investimento no Exterior, limite inferior 0%, alocação objetivo 4%, limite superior 10%; Art. 9º, III, Ações - BDR Nível I, limite inferior 0%, alocação objetivo 6%, limite superior 10%; Investimentos Estruturados: Art. 10, I, Fundos Multimercados, limite inferior 0%, alocação objetivo 7%, limite superior 15%; Art. 10, II, Fundo de Participação, limite inferior 0%, alocação objetivo 4%, limite superior 8%; Art. 10, III, Fundos de Ações - Mercado de Acesso, limite inferior 0%, alocação objetivo 0%, limite superior 2%; Fundos Imobiliários: Art. 11, Fundo de Investimento Imobiliário, limite inferior 0%, alocação objetivo 0%, limite superior 5%; Empréstimos Consignados: Art. 12, I, Empréstimos Consignado - Sem Pró Gestão, limite inferior 0%, alocação objetivo 0%, limite superior 0%; Art. 12, II, Empréstimos Consignado - Com Pró Gestão, limite inferior 0%, alocação objetivo 0%, limite superior 0%.* Com a alocação objetivo descrita acima, o Comitê de Investimentos continua processo de

RIOPRETOPREV – Regime Próprio de Previdência Social do Município de São José do Rio Preto
Rua General Glicério, 3553 – Centro - CEP 15015-400 - São José do Rio Preto - SP
Telefones (17) 3222 7445 - riopretoprev@riopreto.sp.gov.br - www.riopreto.sp.gov.br

Assinado por 5 pessoas: PATRÍCIA NATO TONINATO BARTOLOMEI, WILCLEM DE LAZARI ARAUJO, DANIEL HENRIQUE MARTINS BIOT, ADRIANO ANTONIO PAZIANOTO e MÁRIO JOSÉ PICCARELLI DE CASTRO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://riopretoprev.1doc.com.br/verificacao/179A-DD6A-2B3C-FB92 e informe o código 179A-DD6A-2B3C-FB92

adequação da carteira de investimentos buscando consonância com as sugestões do estudo de ALM, de forma gradual, mitigando os riscos, mantendo a base das alocações em títulos públicos, que diminui a volatilidade da carteira, e buscando diminuir a volatilidade do restante da carteira através de realocações dentro dos próprios segmentos, em veículos mais eficientes ou em subsegmentos mais condizentes com o cenário. Além disso, a alocação objetivo considera a compatibilidade de cada investimento da carteira ao perfil do RPPS, avaliando o cenário macroeconômico atual e as perspectivas futuras, assim como os fluxos atuariais com as projeções das receitas e despesas futuras do RPPS, de acordo com o previsto no artigo 102 da Portaria MTP nº 1.467/2022. Após, os membros fizeram a leitura do texto base da Política de Riscos para 2025, revisando e fazendo as alterações e ajustes necessários, inclusive, fazendo menção as ferramentas recém apresentadas pela consultoria: o *stress test* e o *backtesting*. Finalizados todos os ajustes no texto de elaboração das minutas, **os membros deliberaram, por unanimidade, pela aprovação da Política de Investimentos e Política de Riscos para 2025, determinando o encaminhamento para aprovação pelo Conselho Municipal de Previdência**. Sem mais assuntos, a presente reunião foi finalizada. Para constar, eu, Patrícia Nato Toninato Bartolomei, lavrei a presente ata, que depois de lida e achada conforme, vai por mim assinada e por todos os presentes. Ata aprovada, por unanimidade, na reunião virtual de 20/12/2024 (segunda reunião ordinária de dezembro de 2024).

ADRIANO ANTÔNIO PAZIANOTO
ASSINADO DIGITALMENTE

DANIEL HENRIQUE MARTINS BIOT
ASSINADO DIGITALMENTE

MÁRIO JOSÉ PICCARELLI DE CASTRO
ASSINADO DIGITALMENTE

WILCLEM DE LAZARI ARAUJO
ASSINADO DIGITALMENTE

PATRÍCIA NATO TONINATO BARTOLOMEI
ASSINADO DIGITALMENTE

RIOPRETOPREV – Regime Próprio de Previdência Social do Município de São José do Rio Preto
Rua General Glicério, 3553 – Centro - CEP 15015-400 - São José do Rio Preto - SP
Telefones (17) 3222 7445 - riopretoprev@riopreto.sp.gov.br - www.riopreto.sp.gov.br

Assinado por 5 pessoas: PATRÍCIA NATO TONINATO BARTOLOMEI, WILCLEM DE LAZARI ARAUJO, DANIEL HENRIQUE MARTINS BIOT, ADRIANO ANTONIO PAZIANOTO e MÁRIO JOSÉ PICCARELLI DE CASTRO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://riopretoprev.1doc.com.br/verificacao/179A-DD6A-2B3C-FB92 e informe o código 179A-DD6A-2B3C-FB92

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Código para verificação: 179A-DD6A-2B3C-FB92

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- PATRÍCIA NATO TONINATO BARTOLOMEI (CPF 326.XXX.XXX-02) em 20/12/2024 15:13:41 (GMT-03:00)
  Papel: Parte
  Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

- WILCLEM DE LAZARI ARAUJO (CPF 352.XXX.XXX-01) em 20/12/2024 15:29:09 (GMT-03:00)
  Papel: Parte
  Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

- DANIEL HENRIQUE MARTINS BIOT (CPF 410.XXX.XXX-57) em 20/12/2024 16:50:42 (GMT-03:00)
  Papel: Parte
  Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

- ADRIANO ANTONIO PAZIANOTO (CPF 327.XXX.XXX-48) em 23/12/2024 10:35:07 (GMT-03:00)
  Papel: Parte
  Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

- MÁRIO JOSÉ PICCARELLI DE CASTRO (CPF 219.XXX.XXX-01) em 26/12/2024 15:00:14 (GMT-03:00)
  Papel: Parte
  Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

https://riopretoprev.1doc.com.br/verificacao/179A-DD6A-2B3C-FB92